

# TRABALHO DOCENTE E SINDICALISMO FRENTE À RACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Fernanda Ferreira Belo Rodrigues<sup>1</sup>

## Introdução

Este texto resulta de uma pesquisa cujo foco centrou-se na relação entre trabalho docente e sindicalismo frente à racionalização do capital. Os procedimentos metodológicos foram: pesquisa bibliográfica e documental, investigação empírica, entrevistas semi-estruturadas aos docentes, sindicalistas e ex-sindicalistas do setor educacional público em Goiás. Ao pesquisar e analisar a temática envolvendo o trabalho docente na sociedade contemporânea evidencia-se que este está diretamente interligado à lógica de (re)organização do trabalho social decorrente do processo de racionalização do capital e suas novas configurações assumidas a partir de 1970.

Nesse sentido, a racionalização do capital preserva as contradições de classes, que não são modificadas com as mudanças científicas, informacionais e tecnológicas processadas na organização da produção de mercadorias entre os anos finais do século XX. Sendo assim, as formas de exploração do trabalho na sociedade contemporânea refletem a intensificação da exploração da mais-valia do trabalhador – configurando o processo de subsunção real do trabalho ao capital -, cuja racionalidade permanece fundada no antagonismo de classes. Nesse aspecto, em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho estão intimamente interligados, assim como estão interligados o trabalho decente e suas formas de organização política, pedagógica e sociais.

Nessa atual fase de potencialização da exploração do trabalho pelo capital, as formas de organização social são relativamente controladas por uma ideologia de simplificação das contradições capitalistas, objetivando reduzir ao máximo as iniciativas de confronto e de resistência dos trabalhadores aos domínios do capital, ‘*naturalizando*’ a barbárie presente na sociedade, por meio de uma *ficção conceitual* criada para este fim (MÉSZÁROS, 2002). Mas, esse processo de potencialização da exploração do trabalho e de apropriação da subjetividade do trabalhador não impede sua organização, sua resistência e luta, mas implica em desafios e alterações no plano político-ideológico dos

---

<sup>1</sup> CAC/UFG.

trabalhadores em contraposição à dinâmica de organização social erigida no capitalismo contemporâneo.

Este artigo trata especificamente da relação entre trabalho docente e sindicalismo em Goiás frente à racionalização do capital, frente à *ficção conceitual* que resulta desse processo de organização social, que tem possibilitado de forma ampliada a apropriação, pelo capital, da práxis social humana, produzindo uma determinada *sociabilidade individualizada* (BHIR, 1999). Essa *sociabilidade individualizada* dá materialidade às relações e práticas sociais fragmentadas dos interesses de classes, ao rompimento de práticas sociais baseadas na coletividade, com ênfase no estímulo à privatização da vida social, à individualização da organização do trabalho e da sociedade. Essas novas formas de relações e práticas sociais aliadas às mudanças no mundo do trabalho lançam sérios desafios à organização sindical dos trabalhadores em educação pública em Goiás e apontam que o trabalho é o elemento radical de resistência aos domínios do capital.

## **1. A centralidade do trabalho como contraposição à racionalidade do capital**

Diante das considerações que retratam a configuração assumida pela atual *sociabilidade do capital*, questões e desafios são postos às ações político-ideológicas dos trabalhadores e seus sindicatos, que dentre suas particularidades e especificidades, encontram-se frente à racionalidade do capital cujos desdobramentos têm promovido a *intensificação da extração da mais-valia*, a *internalização da individualização e da competitividade* nas relações sociais, a *precarização* e destruição de direitos trabalhistas e da existência humana. Essas ações são justificadas por um *discurso de naturalização* das contradições e antagonismos, por uma *ficção conceitual* elaborada para que ocorra também a captura da subjetividade do trabalhador, cujo resultado seria a sua dominação completa – física, intelectual, ética e moral.

A nova *sociabilidade do capital* visa à apropriação e reelaboração da práxis social. Esta forma de organização da sociedade se projeta por meio de num emaranhado de relações e de práticas sociais fragmentadas, individualizadas, por meio de relações silenciadoras e responsáveis pela opressão da existência humana. Resulta desse processo uma expansão de práticas desarticuladas de lutas sociais, de ações coletivas e

de relações comunitárias, uma vez que ocorre um relaxamento do vínculo social, cujo princípio norteador associa-se ao estímulo à privatização da vida social e à individualização das relações humanas e aos novos movimentos sociais (Bhir, 1999).

Diante dessa perspectiva de racionalização do capital, da omissão dos problemas concretos da sociedade, as ações na direção de organizar a luta dos trabalhadores para a superação desse modelo de sociedade passam a enfrentar sérios desafios. Há uma inversão na forma de explicar a sociedade capitalista e suas disfunções ou 'crises' que corroboram para fundamentar as novas concepções de organização do trabalho e da produção do capital, asseguradas pelo discurso elaborado por uma racionalidade que oculta a diferença entre as classes, omite a divisão e a contradição social e do trabalho, fornecendo um corpo de representações e de normas que explica e garante, convenientemente, a naturalização do antagonismo da relação capital-trabalho, de modo a manter o todo social sob controle (Chauí, 1978).

Essas representações e normas têm forjado uma necessidade crescente de reformas nos setores social, econômico e político e têm permitido a desregulamentação das relações econômicas e de trabalho, dos direitos e das próprias relações sociais.

Nesse sentido, os componentes contraditórios do processo de produção capitalista, tais como as relações de poder e a luta de classes são explicadas com base numa interpretação singularizada, que omite a existência das classes sociais, essa omissão justifica a contradição social como se esta fosse parte da dinâmica das relações de trocas historicamente construídas, em articulação direta com a permanência e consolidação do sistema do capital (Mészáros, 2002).

Considera-se, portanto, que essa ideologia baseada na simplificação/naturalização da relação de produção capitalista resulta do discurso de racionalização do capital (id., 2002), este se configura como uma ficção conceitual criada para viabilizar a reprodução de relações sociais adequadas à produção do capital, a partir de uma falsa realidade, pretensamente homogênea.

Paradoxalmente a essa forma assumida pela *sociabilidade do capital*, historicamente, os trabalhadores demarcaram com lutas, o seu posicionamento enquanto classe antagônica a esse sistema. A forma coletiva de organização política foi uma das estratégias assumidas pelos trabalhadores e seus sindicatos durante o século XX, que se organizaram visando dar encaminhamentos às ações e demandas trabalhistas oriundas

de interesses de classe e em torno do trabalho, e, essa forma de organização tem sido problematizada diante do atual quadro social.

Nesse aspecto, os princípios filosóficos, políticos, ideológicos e conceituais dos trabalhadores e de seus sindicatos estão diante desses desafios, sendo que os trabalhadores e sua organização sindical precisam enfrentar um processo de fragmentação, individualização e flexibilização da sociedade e do trabalho, justificado por uma ficção conceitual que nega a contradição entre capital e trabalho e a divisão da sociedade em classes distintas e antagônicas. Assim,

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas - tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (...) obtidos por meio de organização de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares (...). Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se articulam, o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (Mészáros, 2002, p. 95).

Conforme se observa no relato acima, hoje, o elemento mais importante e necessário para desafiar o sistema capitalista e, superar os obstáculos comuns a ele é o trabalho. O trabalho é a alternativa radical à ordem capitalista, visto que ele não se integra completamente ao capital, apresentando um potencial emancipador, o qual os movimentos sociais precisam preservar e fortalecer, uma vez que a estrutura capitalista preserva a divisão hierárquica do trabalho social (Mészáros, 2002).

Essa divisão determina que o trabalhador atue como produtor de maior volume de mercadorias seja no setor de prestação de serviços, no caso serviços educacionais, ou mesmo se apresentando em situação de desemprego, o trabalhador está inserido num modelo de sociedade que preserva e intensifica, por um lado a universalização do processo de alienação do trabalho, do consumo e de subordinação do trabalho ao capital, e, por outro, busca ressignificar o confronto e a resistência dos trabalhadores aos domínios do capital, através da participação democrática e parlamentar.

Assim, no capitalismo constrói-se a possibilidade de democracia representativa atrelada ao antagonismo entre os possuidores dos meios de produção e os possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não se apresenta como uma relação natural

entre os grupos sociais. É sim uma relação construída, onde o “estágio histórico do desenvolvimento da produção econômica - de que o trabalhador livre é o produto - é a condição prévia de nascimento e mais ainda da existência do capital como tal” (Marx, 2003, p. 379).

Sob essas condições antagônicas, o trabalho, enquanto atividade própria e inerente ao homem, sua atividade livre, se degrada ao nível de instrumento e o “homem se torna estranho ao homem” à medida que ocorre o processo de alienação do homem, que ao submeter seu semelhante à condição de objeto, nega a condição de sujeito a si próprio e ao outro (Marx, 1987). A alienação dos trabalhadores é um dos elementos fundamentais que a sociedade dispõe para garantir a subordinação dos mesmos à racionalidade do capital.

De modo geral, na sociedade capitalista tem se processado a ampliação da capacidade extratora de mais-valia<sup>2</sup> ou trabalho excedente, que gera acumulação incessante de riqueza e a universalização da alienação (Mészáros, 2002). Nesse caso, se todos os trabalhadores estão expostos a essas condições ampliadas de extração de mais-valia, de exploração e de alienação do trabalho, por outro lado, essa mesma realidade apresenta o trabalho como um dos elementos fundamentais de emancipação social.

## **2. Trabalho docente e sindicalismo frente à racionalização do capital**

### **Do abandono à defesa do trabalho rumo a um novo sindicalismo**

No Brasil, a relação entre trabalhadores e sindicalismo passou por mudanças na concepção político-ideológicas e no sentido atribuído às suas metodologias de trabalho a partir da década de 90 e, uma das bandeiras adotadas foi a de unificação da luta de todos os trabalhadores numa luta comum, que ganhou expressividade nas ações sindicais dos docentes das escolas públicas estaduais em Goiás.

---

<sup>2</sup> Marx no texto ‘Salário, preço e lucro’ afirma que “ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista, como qualquer outro comprador, adquiriu o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada”. (...) “Apesar de uma parte apenas do trabalho diário do operário ser *paga* enquanto a outra parte *não é paga* e enquanto esse trabalho não pago constitui exatamente o fundo a partir do qual a *mais-valia* ou o *lucro* se forma, parece que o trabalho total foi trabalho pago” (Marx, s/d: 49/53).

Esse movimento se deu diretamente atrelado às reações trabalhistas contrárias às mudanças processadas no mundo do trabalho contemporâneo, contrárias à precarização dos contratos de trabalho, à informalidade e instabilidade no emprego, à individualização da relação salarial, à exploração capitalista intensificada, à redução dos salários, entre outros elementos.

Desse modo, é importante questionar como têm se constituído a luta sindical dos trabalhadores em educação frente à proposta de defesa dos interesses da classe trabalhadora de forma ampliada, ou seja, como garantir a defesa das demandas dos trabalhadores em educação em conjunto com a dos demais trabalhadores do setor público e do setor produtivo, a partir da unificação da luta dos trabalhadores numa luta comum?

A efetivação da organização sindical dos trabalhadores em educação pública estadual em Goiás, nos anos finais do século XX se deu, a partir do entendimento de que as ações políticas dos trabalhadores no contexto da reestruturação da sociedade capitalista se configuram a partir de diferentes interesses de classe que se sobrepõem uns aos outros, a partir da correlação de forças desprendidas pela ação entre as classes subalternas e as classes dominantes, num movimento de pressões constantes.

Considerando esse aspecto, em Goiás, a associação dos trabalhadores em educação pública do estado, a partir dos anos 70 se fortaleceu na luta e nos embates políticos e trabalhistas desencadeados, sendo que, por toda a década de 1980, construiu importantes espaços políticos nos enfrentamentos com os governos, expondo publicamente as péssimas condições materiais de trabalho e de salário a que estavam submetidos. Foi nesse período que, no Brasil, se fortaleceu um discurso sindical defendido pela Central Única dos Trabalhadores - CUT , em nível nacional e estadual, de defesa ampliada dos interesses de toda classe trabalhadora, numa tentativa de aglutinação de forças contra o capital e na defesa de construção de uma outra sociedade, a socialista.

As forças opositoras organizadas se fortaleceram na contraposição a esse discurso político-ideológico crescente no Brasil. Nesse processo de disputa entre correntes sindicais, políticas, e ideológicas a Central Geral dos Trabalhadores - CGT demarcou sua divergência e rompimento com as ações da CUT, fundando o

denominado sindicalismo de resultados, com ênfase na mediação da relação capital-trabalho.

Em Goiás, em 1989 a CUT, que já partia da preocupação de enfrentar correntes sindicais oposicionistas do sindicalismo de resultados, liderou o movimento de transformação da associação dos trabalhadores em educação pública em sindicato classista, que por sua vez previa o fortalecimento da CUT.

Esse fato significou a demarcação de espaço político-sindical no amplo cenário político estadual e nacional, sendo que o objetivo central dessa proposta cutista previa “garantir o atendimento dos interesses dos trabalhadores brasileiros, de modo ampliado, *incorporando nos planos de lutas, teses e propostas de ações sindicais com temas mais abrangentes interligados às áreas de interesse educacional, econômico, social, cultural e político*, entre outros” (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990, s/p. grifos meus). Essa preocupação em unificar interesses de todos os trabalhadores foi uma estratégia planejada entre os anos finais de 1980 e iniciais de 1990, para enfrentar as mudanças projetadas na América Latina e especificamente no Brasil, marcadas pela realização de reformas do Estado brasileiro, que seguiu priorizando as privatizações de empresas estatais e a desregulamentação trabalhista.

Com a intensificação das reformas administrativas e trabalhistas realizadas no Brasil, a bandeira de luta dos trabalhadores da educação em Goiás priorizou a defesa de uma escola pública, democrática, de qualidade e gratuita associada aos interesses ampliados da classe trabalhadora em nível nacional. Nesse aspecto, setores mais progressistas do movimento sindical, articularam mudanças sindicais nos aspectos políticos e ideológicos, visualizando a construção *de novos métodos, comportamentos, idéias e alternativas, para uma ação combinada de luta reativa e reivindicativa paralela com uma luta afirmativa e propositiva, como forma de garantir maior pressão política*.

Nesse sentido, a partir da década de 90 ocorreu a elaboração de redefinições táticas da CUT e dos sindicatos com vistas a uma mudança de orientação de suas ações políticas e ideológicas, no sentido de construir um Sindicalismo Propositivo, fundado no abandono de ações sindicais combativas e de curto prazo e na valorização de ações mais ‘propositivas’, no sentido de garantir a combinação da defesa dos interesses mais

imediatos dos trabalhadores e a definição de metas de médio e longo prazo (Estatuto do Sintego, 2004). Assim, defendia-se que,

(...) [é preciso] formular um discurso e uma prática que atinjam o conjunto dos trabalhadores, incorporando às demandas corporativas às aspirações e necessidades daqueles setores desorganizados e ou excluídos do mercado formal de trabalho. A articulação desses dois tipos de interesse passa pela formulação de uma nova estratégia sindical, que combine uma atuação reativa/reivindicativa com uma atuação afirmativa/propositiva, tanto no âmbito das relações capital-trabalho quanto no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil (Documento-base do I Congresso Estadual do Sintego, 1990,s/p.).

Conforme se verifica na citação acima, ao estabelecer uma redefinição para as concepções políticas dos sindicatos cutistas, as lutas sindicais desenvolvidas pela CUT e seu sindicatos abandonaram a característica classista e politizada, ofensiva e combativa contra a política, a economia e o arrocho salarial na década de 80, e assumiu a partir da década de 90, práticas e concepções sindicais mais sutis, abolindo de maneira considerável as greves e ações ofensivas e oposicionistas, incorporando mudanças pontuais, que tornaram suas práticas mais defensivas e propositivas, no intuito de construir propostas alternativas às apresentadas pelos governos e patrões.

Assim definiu-se um dos desafios colocados para os trabalhadores em educação, seu sindicato e sua central, a CUT, o de consolidar, diante da classe trabalhadora “a crença em soluções alternativas de desenvolvimento e de reorganização das formas atuais da ação e organização sindical, capazes de estimular a reconquista da mobilização de massas e de disputar a hegemonia política no país” (Documento-base do IV Congresso Estadual do Sintego, 1997, p. 8).

Nesse caso, a proposta sindical passou a ser defendida considerando a necessidade de construir novas ações sindicais alternativas, ligadas à idéia de que “não haverá um novo modelo sindical se não houver uma prática radical da democracia” (id., 1997, p.8). Essa proposta de intensificar as práticas de um sindicalismo propositivo, foi inovada com a proposição sindical de implementar campanhas e disputas político-partidárias parlamentares.

A conjuntura política nacional apresentou como um dos resultados desse processo, o fato inédito de ter na presidência da república um representante dos trabalhadores, o Presidente Lula, eleito pelo Partido dos Trabalhadores - PT - a partir de

2002. Dessa forma, o que parecia ser importante para a ação sindical trabalhista passou a estar relacionado às questões de regulação social programadas pelo governo Lula, o que evidenciou que os discursos da CUT e do sindicalismo dos trabalhadores em educação de Goiás se aliaram com a defesa do governo Lula, pois se entendeu que este é um governo em transição (id., 2004, p.11). Mas, é preciso afirmar que o presidente Lula continuou implementando as reformas neoliberais, a exemplo da reforma da previdência social, a flexibilização das leis trabalhistas, das políticas de racionalização dos orçamentos públicos para a educação, para a saúde, para a segurança pública.

No tocante à luta sindical, nessa nova conjuntura apresentada no Brasil, passou a defender o governo Lula como um governo em disputa, diante das forças oposicionistas contrárias ao governo do PT – Partido dos Trabalhadores. A luta sindical foi definida como a responsável por pressionar o governo a fazer mudanças necessárias de acordo com sua proposta de governo.

Nesse caso, o sindicato goiano declarou que a luta estritamente sindical, ou a luta radicalizada não conseguiria impulsionar as grandes transformações reivindicadas pelo país, definindo que a luta sindical precisaria ser construída no campo da CUT visando ampliar alianças com as forças de esquerda e garantir a autonomia da CUT e do movimento sindical de forma democrática (Documento-base VI Congresso Estadual do Sintego, 2004)

A partir dessa perspectiva, o discurso sindical goiano definiu uma política de construção de vitórias de candidatos *representantes dos trabalhadores* como fundamento para gerar mudanças na realidade, enfatizando que as “lutas por categoria, movidas por reivindicações econômicas seriam insuficientes para enfrentar a ofensiva do capital”(id., 2004). Assim, a mudança de foco na luta sindical dos trabalhadores em educação foram direcionadas para intensificar a aceitação dos discursos de envolvimento, de comprometimento partidário e de interferência dos trabalhadores nas decisões eleitorais nas esferas estaduais e federais, tentando levar ao poder, os partidos de esquerda, cujo objetivo seria implementar “mudanças de rumo no país”.

Nesse aspecto, a mudança de rumos da ação sindical dos trabalhadores em educação possibilita refletir sobre o papel político-pedagógico assumido pelos professores e a construção da identidade dos trabalhadores em educação. Nesse caso, a

relação entre trabalhadores da educação e o sindicalismo em Goiás desvela que há questionamentos dessa categoria quanto ao envolvimento de muitos dirigentes sindicais em pleitos eleitorais para vereadores, secretários, deputados federais, entre outros. Muitos dos professores entrevistados não concordam com um sindicalismo propositivo e nem com a postura *partidarista* adotada pelo sindicato.

Alguns professores de escolas estaduais foram enfáticos ao afirmar como percebem o funcionamento do sindicato de sua categoria, em Goiás,

Eu tenho sentido que os últimos os presidentes do sindicato nosso estão fazendo um trampolim para adquirir um cargo político. Geralmente a maioria deles entra como vereadores, de repente eles ganham esse cargo de vereador e quando você pensa que ele vai exercer o cargo de vereador no município, ele acaba ganhando uma secretaria, para lhe render um bom dinheiro. E o sindicato mesmo 'tá' mais é para isso. 'Tá' servindo como trampolim, depois que ele dirigente e se torna popular ele acaba abandonando a categoria. Não é que o sindicato tem que ser contra a política, mas ele deveria fazer uma política mais transparente, eles [os candidatos] vão para a TV, fazendo propaganda e dizendo ainda que é representante dos trabalhadores em educação e não é nada disso... eu não entendo para que e para quem ele (o sindicato) serve, ou se realmente ele está em cima do muro (...) (relato oral: professora filiada – Ensino Fundamental (6ª série), escola/capital, 2005).

Esse relato converge para o fato de que há uma preocupação visível com os dirigentes sindicais acusados de não mais defenderem os interesses da categoria de trabalhadores em educação e sim interesses partidários. De modo elucidativo, as avaliações feitas pelos professores evidenciam um desagrado com a influência político-partidária que permeia as ações sindicais, tornando suas práticas pouco coerentes com os interesses da categoria. Além de se incomodarem com a opção dos dirigentes se lançarem nas disputas partidárias, a preocupação maior dos professores é com o abandono do sindicato, a partir de práticas propositivas, das demandas trabalhistas, em prol das negociações com o governo.

Destarte, a problemática levantada pelos professores incide sobre o fato de que, à medida que muitos dirigentes sindicais ingressam na carreira político-partidária, eles passam a exercer funções no legislativo ou cargos de confiança nos gabinetes de vereadores e de deputados estaduais e federais, se afastando da categoria de trabalhadores em educação.

Nesse sentido, a realidade política brasileira e goiana é contraditória e têm proporcionado um movimento dialético de reconstrução e reorganização sócio-política

do sentido atribuído ao que se compreende por sindicatos, partidos políticos e partidos de esquerda, vinculados aos interesses da classe trabalhadora, que se desgastaram com a internacionalização do capital, não chegando a constituírem-se em reais mecanismos de interferência política da classe trabalhadora na sociedade e na economia (Antunes, 2005).

Desse modo, atualmente, a grande crítica que é feita aos movimentos sindicais que optaram por inserir em suas plataformas de lutas ações propositivas, por meio de formação de quadros político-partidários, incide no fato de que é preciso construir alternativas aos modelos de partidos de esquerda existentes, que notadamente, não contribuem com os interesses da classe trabalhadora.

Construir um partido político que recupere os valores essenciais do socialismo e da humanidade, que garanta a representação dos interesses políticos da maioria das populações excluídas do trabalho e da sociedade é um grande desafio para os sindicatos que optaram por outra concepção político-ideológica, a concepção de sindicalismo propositivo e político-partidário. Nesse sentido, Ricardo Antunes aponta que é preciso construir um partido fundando num movimento social e político, *antitucional*, fora da lógica parlamentar e capaz de aglutinar também aqueles que hoje estão excluídos do trabalho, ação que somente poderá ser efetivada pelo exercício da política radical (Antunes, 2005, p. 125).

Assim, diante dessa conjuntura extremamente desfavorável ao movimento sindical classista, de defesa do trabalho, questionam-se os rumos tomados pelos trabalhadores e seus sindicatos no sentido de se pensar se as propostas de mudança na organização sindical cutista, planejadas, executadas ou esquecidas, a partir da década de 90 e dos anos 2000 de fato garantiram o fortalecimento da luta dos trabalhadores, entre eles dos docentes e do sindicalismo no Brasil e em Goiás. Nesse mesmo sentido, é importante questionar que sindicalismo tem-se hoje e qual o alcance real do movimento sindical dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores em educação estadual goiano, num contexto multifacetado como o atual.

## **O trabalho docente e sindicalismo: uma relação em construção**

As análises indicam que os conflitos desencadeados pelos trabalhadores em educação e pelos funcionários públicos assumiram proporções significativas a partir do final do século XX e início do século XXI. É importante focalizar esse sentido depositado no movimento sindical, relacionado à sua capacidade de problematizar os antagonismos implícitos e explícitos na relação de exploração capital-trabalho. Por outro lado, a problematização dos processos de sindicalização desses trabalhadores, visto na própria estruturação do sindicato e na extensão das plataformas de ação político-sindical, possibilita refletir sobre o movimento de adoção de um novo perfil sindical com práticas propositivas que chegaram ao campo das disputas parlamentares.

Paralelamente a essas modificações nas estruturas sindicais, houve uma reação conflitiva dos trabalhadores em educação e demais funcionários públicos brasileiros e da América latina cujas marcas estão relacionadas a uma prolongada reforma política, econômica, social e ideológica que singularizou a existência de confrontos e enfrentamentos diretos com patrões e governos justificados pela racionalidade do capital.

Em certa medida, todas essas práticas têm promovido um repensar sobre o papel dos sindicatos na sociedade contemporânea. Percebe-se que a instalação de um ciclo de ações sindicais cuja incidência constante de conflitividade, de greves e de negociações entre sindicato e governo se repete anualmente, sem maiores resultados; essas ações centram suas forças nas reivindicações por reajustes salariais, por promoções, entre outros elementos, que tem marcado também a trajetória da luta dos trabalhadores em educação.

Essa situação é criticada pelos professores sindicalizados e não sindicalizados, que se sentem inseguros perante seu sindicato, entendido como incapaz de resolver os impasses. Os relatos dos professores indicam que estes se sentem desrespeitados diante da manutenção das constantes reincidências de greves e de negociações que não contemplam sequer as principais demandas reivindicadas historicamente.

Sendo assim, a reincidência de conflitos trabalhistas na área educacional tem prejudicado a construção de uma ideologia das organizações sindicais combativas, que, de um modo geral, encontram significativas barreiras para ocupar os centros de decisão política, optando, portanto, por adoção de práticas propositivas e investidura no pleito eleitoral.

Outra questão importante na relação entre trabalho docente e sindicalismo refere-se à forma como os professores compreendem seu trabalho na atual conjuntura vivenciada pela educação escolar e a articulação dos docentes com a luta sindical. A intensidade e a rapidez com que as mudanças do mundo do trabalho incidem sobre a organização do trabalho escolar têm influenciado a forma de conceber e de organizar a luta sindical e tem desviado o foco de atenção do processo de construção da consciência política dos trabalhadores em educação de Goiás.

Os professores reclamaram de excesso de trabalho, muitos afirmam que têm se sentido perdidos diante da situação conflitante em que a educação e o processo de ensino e aprendizagem escolar estão inseridos. Indicaram que desconhecem os objetivos reais das propostas dos programas implementados pelo governo de Goiás, apontando que as questões fundamentais ainda precisam ser resolvidas, tais como o acesso de todos à escolarização, a melhoria da qualidade do ensino, a gestão democrática e avaliação escolar, a implantação de Planos de Cargos e Salários para professores e Servidores Administrativos.

Os professores estão inseridos na decadência da escola pública goiana, no aspecto da estrutura física, administrativa e de pessoal. Sofrem com a desvalorização salarial e profissional, com o descumprimento do governo com os acordos sindicais. Muitos afirmam não ter disposição para o trabalho, pois, segundo relatos estão “desempenhando um trabalho cansativo, desgastante, porque não tem material didático, não tem apoio, o salário é baixo, e trabalha demais” sem ter retorno financeiro e de reconhecimento (relato oral: professora filiada, Ensino Médio, escola do interior, 2005).

Essas informações ilustram que as condições de trabalho dos professores têm passado por mudanças constantes, diante dos programas de educação implantados pelo governo de Goiás, a exemplo do que ocorre no Brasil, que têm exigido a construção de uma gestão escolar com foco no aluno, visando à expansão do acesso à educação para todos, nos níveis de Ensino Fundamental e Médio. Não há respaldo material, financeiro

e acompanhamento pedagógico, sendo que os professores afirmaram estar lidando com o desconhecido, porque se instalou uma situação de descontrole sobre seu próprio trabalho.

Esses fatos levam à desestruturação do trabalho na escola, o que tem promovido uma redução na qualidade do ensino, conforme a citação abaixo ilustra,

O projeto de reforma do Ensino Médio, no início do governo Marconi foi um projeto lindo. Ele está emperrado. A fase inicial seria formar os multiplicadores, depois colocar isso para os professores, em quatro etapas. Nós participamos muito precariamente de três etapas, digamos assim, que fizemos uma coisa muito capenga, porque não temos estrutura material, e aí cadê a conclusão desse projeto? Com o Ensino Fundamental de 9 anos é a mesma coisa, o professor traz os alunos nos intervalos, nos horários extras para poder alfabetizá-lo porque tem aluno que só chega na escola com sete (7) anos e com essa idade ele é matriculado na segunda série, mas ele não foi alfabetizado (...). Outra coisa, qualquer projeto das empresas particulares eles jogam para as escolas desenvolverem, a “Rede Ferroviária” tem projeto, a escola desenvolve, o projeto “Cultura da Paz”, que é da polícia, vamos trabalhar na escola (...) quando é que vamos desenvolver projetos para a aprendizagem dos nossos alunos? Minha angústia maior é saber qual é realmente a função social da escola? Nós estamos aqui para resolver todos os problemas? Qual é a situação do educador? (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (8.ª série), escola/interior, 2005).

Esse relato apresenta uma inquietação, uma preocupação e angústia da professora em entender o seu papel social diante dos projetos que são implementados na escola. Questiona a função social que a escola tem assumido e quais os objetivos que a escola tem proposto para a formação dos educandos. Esse entre outros fatores tem demonstrado que as mudanças efetuadas na forma de organização do trabalho escolar têm permeado as escolas em todo estado desconsiderando o papel político, pedagógico e social do professor.

Diante do exposto, os representantes sindicais também enfrentam sérios desafios para fortalecer as lutas dos trabalhadores. Muitas das medidas adotadas pelos governos de Goiás, seguem vetando a concessão de licenças para afastamento dos profissionais da educação desempenhar o trabalho sindical. Os dirigentes sindicais acabam tendo o seu tempo de trabalho reduzido e fragmentado. Essa prática tem atrapalhado a forma de organização e de desenvolvimento das atividades sindicais, que conta com poucos dirigentes em tempo integral na instituição.

Desse modo, percebe-se que a intensificação do trabalho do professor na escola e no sindicato é uma questão preocupante. Dentre outros problemas, a intensificação do

trabalho tem provocado o afastamento dos professores da discussão política e de atuarem na construção do movimento sindical. Os relatos desvelam o sentido que os professores têm atribuído ao processo de intensificação do trabalho na escola, permeado pela cobrança de qualidade no ensino, sendo que “o trabalho está intenso porque antes se trabalhava só um período, agora se faz 40 horas, dois períodos. Não tem como almoçar em casa, porque eu moro muito longe, tenho que ficar aqui. Então eu sou a famosa “bóia fria”” (relato oral: professora filiada, Ensino Fundamental (7ª série), escola/capital, 2005).

Outro relato aponta que o trabalho docente está cada vez mais fora do controle efetivo do professor, pois a questão parece estar centrada na recomposição das perdas salariais e na intensificação da carga horária de trabalho, para que “o ganho mantenha o mesmo padrão salarial, até então, relacionado à carga horária mais reduzida”. O que se verifica é que, se está cada vez ganhando menos, precisando trabalhar mais e piorando a qualidade de trabalho e a qualidade de vida.

Os depoimentos citados deixam transparecer como tem se construído o processo de precarização do trabalho escolar, a partir da intensificação da carga horária, da sobrecarga de trabalho, dos baixos salários e de ausência de uma política de carreira e de salários eficaz, da desvalorização profissional, da redução do tempo livre que acabam contribuindo para a baixa qualidade da educação, além da deterioração material das estruturas das escolas públicas. Todo esse processo acaba sendo respaldado pela forma totalitária de controle do capital, que imprime uma lógica perversa de que não há alternativas fora desse processo de exploração intensificada do trabalhador.

Com relação à questão do rebaixamento salarial, este tem sido um dos problemas constantes entre os professores, que associam a intensificação do trabalho à má qualidade de ensino, o excesso de trabalho aos baixos salários. Nesse processo de intensificação do trabalho escolar, os professores acabam assumindo uma carga horária de aula muito elevada, em várias escolas, objetivando melhorar o poder aquisitivo. Com isso o tempo de trabalho é expandido ao máximo e o tempo livre, para descanso, leituras, lazer, etc., mesmo nos finais de semana, acaba se comprimindo em escala crescente. Pode se afirmar que, esse processo de mudança no trabalho escolar tem gerado esgotamento mental e físico, insatisfação, estresse, síndromes e problemas emocionais nos trabalhadores em educação.

No centro dessas questões, encontra-se a desvalorização do trabalho em educação. Entre os professores consultados, os baixos salários foram citados como sendo um dos principais fatores que tem promovido a sua desvalorização profissional. A problemática da questão salarial está relacionada como sendo uma das causas ou motivos, considerados justos, para a realização de mobilizações, de reivindicações e de greves contra o governo em Goiás.

Porém, as constantes greves que acontecem anualmente em Goiás paralisam as atividades de aulas e atrasam o encerramento do calendário escolar. Em muitos relatos, os professores criticaram a postura sindical de interromper as greves, em pouco tempo de negociações com o governo, sem a participação da maioria dos trabalhadores interessados nas decisões tomadas e sem reais ganhos.

Nesses momentos onde a questão salarial ganhou centralidade nos relatos citados, muitos professores comentaram como se dá o atendimento às reivindicações por parte do governo, que tem utilizado campanhas de propaganda e marketing para formar uma opinião pública favorável aos programas políticos propostos, mas que as demandas ainda centram-se em questões históricas, como as salariais e de carreira.

As preocupações com a desvalorização do trabalho em educação têm sido expressivas e estão atreladas à questão da baixa qualidade do ensino. Alguns professores citaram que mesmo concluindo os cursos de formação superior e de especialização com o objetivo de garantir o acesso de cargo, eles acabam enfrentando a morosidade e a burocracia dos programas do governo que postergam ao máximo o atendimento do Plano de Carreira e acesso de cargos. Nesse caso da formação profissional e do aperfeiçoamento para o trabalho em educação, o excesso de trabalho é visto como um grave problema na vida cotidiana dos professores, que não têm tempo para outras atividades além das questões do trabalho escolar,

Nós estamos sentindo as conseqüências das mudanças nos direitos dos trabalhadores, nós estamos sentindo isso na saúde do trabalhador expressivo no número de licença para tratamentos de saúde...pelo número de colegas com depressão, com síndromes do pânico, colegas com problemas de coluna, queda de cabelo, com câncer, com problema de coração, de estafa, colegas desistindo literalmente da educação, colegas que você vê se arrastando, indo para a escola... É desumano o que está acontecendo na educação, é desumano, isso tinha que ser denunciado, tem que ser divulgado o que os governos de plantão estão fazendo com a educação e com os educadores. Quem ministra aula não é parede, não é carteira, não é caneta, são seres humanos e a forma com que esses seres humanos estão sendo tratados é

desumano. Eu ...[breve silêncio], enquanto profissional falando...[choro contido], eu não esperava me emocionar...eu temo o que estou vendo e o que estou sentindo, isso está me assustando (relato oral: ex-dirigente sindical, 2005).

Considerando a situação apresentada por esses relatos acima, de fato a realidade do trabalho escolar tem comprometido toda a qualidade de vida e as condições concretas para que o professor desempenhe bem suas funções sociais, políticas e pedagógicas. A atual forma de organização do trabalho em educação está contribuindo para que a construção da consciência política dos trabalhadores em educação seja atropelada pela incessante correria no trabalho. Há um ritmo acelerado e acentuado de trabalho na escola, expresso, sobretudo nos comportamentos, nas falas, nas atitudes e gestos dos professores.

Diante do exposto, de que modo esses professores podem se reunir para discutir os problemas enfrentados pela categoria no atual contexto de trabalho? Como realizar uma reflexão crítica e assumir posicionamento político? Essa rotina de trabalho intenso dificulta o contato entre o coletivo de professores e entre estes e os representantes sindicais, não deixando sobrar espaço e nem tempo para que os professores se articulem na defesa dos seus interesses políticos e coletivos, prejudicando os encaminhamentos e decisões a serem tomados sobre os processos de trabalho que desempenham nas escolas e sobre a participação no movimento sindical.

Questionados sobre a existência de uma consciência política entre a categoria, muitos professores consideram que essa categoria é muito desunida, justificativa utilizada para afirmar que a consciência política existe, mas não é aparente. Outros motivos foram alegados para a existência de uma desunião da categoria, dentre eles, destaca-se a questão da formação do professor, que historicamente está incorporado à idéia de sacerdócio e de vocação na profissão<sup>3</sup>, o que gera o seu isolamento ou afastamento das questões sociais e políticas.

Foram denunciadas situações de represálias aos professores mais atuantes politicamente, sendo que muitos dos que participam de sindicato são cooptados e perseguidos, são remanejados de escola. Essa é uma opressão silenciosa que permeia as práticas escolares e incide diretamente no engajamento político do professor.

---

<sup>3</sup> Ver essa discussão em Adorno (1995).

Esse argumento ganhou destaque na fala de alguns professores, que apontaram para a idéia de que há entre os professores uma consciência política, uma preocupação com o trabalho e com a necessidade do próprio envolvimento nas lutas e causas trabalhistas e sindicais, mas existe entre os mesmos uma preocupação em expor-se e participar das lutas sindicais publicamente. Assim, mesmo quando o seu discurso segue denunciando as mudanças provocadas na educação e a exploração do trabalho, defendendo a paralisação das atividades na escola, os professores têm dificuldades em participar de manifestações públicas que os exponham publicamente. Segundo relatos, os professores também não se envolvem publicamente com as questões sindicais e trabalhistas por medo, receios do que pode acontecer, o que demarca uma dificuldade em assumir a luta.

Considerando essas ponderações explicitadas, parece ficar claro nas afirmações dos professores, que os mesmos esperam que o sindicato, isoladamente, consiga dar respostas às questões que envolvem politicamente as demandas dos trabalhadores em educação. Nesse aspecto, alguns relatos indicam que os representantes do sindicato estão distantes dos trabalhadores em educação, só se mostrando envolvido com a base nos momentos de tensão e conflitos como as greves, ou em véspera de eleições para diretores da entidade sindical.

### **Considerações finais**

Toda essa situação que envolve a relação entre trabalhadores docentes e sindicalismo se apresenta de forma conflituosa, historicamente demarcada pela racionalização do capital, cuja explicação da realidade social ocorre a partir de uma inversão, onde a mesma é pensada não como constituída pela divisão de classes, mas apenas como contendo divisões. Mészáros (2002) esclarece que, há uma tentativa de impor a existência de um *mundo real*, onde os defeitos estruturais e antagonismos sociais são omitidos ou desconsiderados, de modo que a existência de classe e contradições de classe parece não existir ou não mais importam. É como se não houvesse mais alternativas para as determinações do sistema do capital nesse *mundo real*.

Entre as alternativas adotadas pelos trabalhadores em educação e pelo sindicalismo em Goiás, inseridos na conjuntura atual, destacam-se vários elementos, dentre eles, intensificação e alienação do trabalho docente, configurando uma tentativa de subsunção real do trabalho pelo capital; uma nova configuração sindical propositiva e político-partidarista que não recebe total reconhecimento da categoria que representa; dentre outros.

Verifica-se que os problemas e as condições de trabalho dos professores são pouco considerados nas lutas sindicais efetivas em Goiás, conforme demonstrado pela reincidência de conflitos sem resolução. De um modo geral, os trabalhadores docentes se vêem e são vistos como figuras contemplativas do processo de trabalho, vistos como objetos e não como os sujeitos da relação de trabalho que desempenham nas escolas, na sociedade e movimento sindical, situação em que esse trabalhador acaba relacionado à uma figura de menor importância na relação escolar e sindicalista, de modo que ele tem sido dispensado da organização do trabalho escolar e do trabalho sindical.

Essas ações levam ao não reconhecimento do outro, ou seja, professores e sindicalistas não se reconhecem, não se identificam como classe. Muitos professores criticam o sindicato e não lhe conferem representatividade. Portanto, é preciso questionar essa relação de estranhamento e de suspeita entre os trabalhadores docentes e dirigentes sindicais. O sindicato, seus dirigentes e os professores são pertencentes a uma mesma categoria, a uma comunidade com alguns interesses diversos e outros comuns. Entre os interesses em comum está a questão do trabalho.

Assim, necessariamente todos precisam partilhar mecanismos no sentido de autopreservação e de pertencimento a uma coletividade, para se opor ao individualismo tão presente na *sociabilidade* do capital. Essa autopreservação só pode ocorrer de forma radical através de organização do trabalho, o trabalho como contraposição efetiva ao capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BHIR, Alan . **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Crítica e ideologia**. In: cadernos SEAF, ano 1, n.1, agosto de 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_ **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec: 1987.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

Arquivos do Sintego – Sindicato dos Trabalhadores em educação de Goiás